

ATITUDES DOS PAIS DIANTE DA MANIFESTAÇÃO EMOCIONAL DOS FILHOS: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS^I

Maria Luiza Rodrigues Medeiros^{II}

Rosa Cristina Ferreira de Souza^{III}

Resumo: As práticas educativas parentais referem-se ao modo, utilizado pelos pais, de socializar, controlar ou desenvolver valores e atitudes em seus filhos. Para tanto, essa pesquisa teve como principal objetivo avaliar as atitudes dos pais diante das manifestações emocionais dos filhos relacionando-as às práticas educativas parentais. Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa, que abordou como participantes sete mães de crianças de dois a seis anos, matriculadas em um Centro de Educação Infantil de Laguna SC. A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada *online* analisada mediante a Análise de Conteúdo. Os principais resultados foram: as emoções “alegria” e “medo” foram as que mais se fizeram presentes nas crianças, e essas (crianças), de acordo com a compreensão das mães, são “espontâneas” e têm suas emoções relacionadas, principalmente, à “idade/fase”. Com relação às atitudes dos pais, a “monitoria positiva” foi a prática educativa mais utilizada, contudo, não deixando de elucidar “monitoria negativa”, “negligência” e “abuso físico e psicológico”. As emoções parentais que mais se destacaram foram: “alegria pela criança”, “tristeza/frustração” e “raiva/irritação”. O estudo permite destacar que o contexto no qual as emoções se expressam é amplamente regulador das mesmas e que, na infância, os pais têm o papel principal com relação a isso. Dessa forma, a regulação emocional é extremamente necessária para a saúde dos pais e, principalmente com relação à criação dos filhos, uma vez que, desde o nascimento, a criança enxerga o mundo pelos olhos dos pais e é através deles que aprende a viver.

Palavras-chave: Emoção. Crianças. Atitudes parentais. Práticas educativas parentais.

1 INTRODUÇÃO

No Dicionário Online de Português (Dicio), a palavra “emoção” é definida como uma reação (seja ela física ou psíquica), causada, geralmente, por algum fato ou situação, que faz com que o corpo expresse alterações físicas ou comportamentais (EMOÇÃO, 2021). Embora pareça fácil defini-la, a partir do senso comum, a mesma abrange diferentes conceitos e entendimentos no campo científico.

Existem emoções primárias (universais) e secundárias (sociais). As primárias constituem o processo básico emocional do ser humano – chamadas “inatas”, que dependem da rede de funcionamento do sistema límbico, e, as secundárias são aquelas que necessitam de

^I Artigo do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Psicologia, Unisul, Campus Tubarão, SC.

^{II} Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: marialuizarmedeiros@gmail.com. 2021.

^{III} Doutora. Prof. e orientadora do Curso Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul.

mais estruturas para sustentar seus processos, pois são capazes de formar ligações entre os objetos e as sensações, além de ativar os pensamentos. Dentre as universais estão a alegria, o medo, a raiva, a tristeza, a repugnância e a surpresa; já as sociais incluem a culpa, o orgulho, o embaraço e o ciúme (DAMÁSIO, 2000, 2012).

Emoções são consideradas conjuntos complexos de reações químicas e neurais, todas tendo um papel regulador a cumprir, uma vez que a sua principal função é “auxiliar o organismo a conservar a vida”. Essas não terminam quando emitem respostas corporais, mas continuam e formam um ciclo pelo menos nos seres humanos, fazendo com que haja a “sensação da emoção” em relação à situação ou ao objeto que a desencadeou. Ou seja, além da expressão emocional, há também o entendimento e sentimento da emoção para o próprio sujeito (e para os demais) (DAMÁSIO, 2000, p. 103-104).

Ainda discorrendo sobre a emoção, Beck (2013), uma das principais autoras da Terapia Cognitivo-Comportamental, destaca que a forma com que os indivíduos se sentem ou se comportam (expressam suas emoções), não está ligada diretamente à situação ou objeto em si, mas, essencialmente, à forma com que eles enxergam e interpretam os mesmos.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento emocional está relacionado ao entendimento e à capacidade de sentir e de diferenciar emoções, bem como, à capacidade de regulá-las, esse se faz extremamente importante para o desenvolvimento infantil, uma vez que permite ao ser humano adaptar-se ao meio social desde a sua infância (RUEDA; PAZ-ALONSO, 2013).

Contudo, embora as emoções sejam respostas naturais do indivíduo, se estas são expressas de forma desadaptativa, podem afetar a qualidade das relações interpessoais e o bem-estar geral, principalmente das crianças (LIPP, 2005). Desta maneira, manejar as emoções por meio da Regulação Emocional (RE) faz com que seja possível um melhor funcionamento social, bem como, o alcance de um maior bem-estar individual (OLIVEIRA; GURTAT; REIS, 2018).

Leahy, Tirch e Napolitano (2013), defendem que Regulação Emocional (RE) é a habilidade em lidar com as experiências ou processar as emoções, pela qual inclui estratégias de enfrentamento e manejo ao confrontar-se com objetos e situações desencadeadoras de intensidade no campo emocional.

Na trajetória do desenvolvimento infantil, os pais e cuidadores são considerados corretores no processo de RE, uma vez que as práticas educativas parentais podem ser efetivas para o mesmo, facilitando a internalização de princípios, regras e valores (LINHARES; MARTINS, 2015). Como práticas parentais, entende-se que são técnicas e estratégias utilizadas pelos pais a fim de direcionar, modificar e socializar o comportamento dos filhos, podendo ser

positivas ou negativas, dependendo do contexto (ALVARENGA; PICCININI, 2001; GOMIDE, 2014).

Assim, os efeitos da expressividade dos pais no ajustamento das expressões emocionais e na socialização das crianças, são também mediadores da regulação infantil. É esperado que crianças com suas emoções mais reguladas e cujos pais demonstram um afeto mais positivo com e para com elas, gerenciem suas emoções negativas com sucesso e sejam socialmente competentes, destacando ainda mais o quanto as relações parentais podem promover o manejo e desenvolvimento emocional infantil (EISENBERG *et al.*, 2001).

Tendo em vista o exposto, percebe-se a relevância de estudar o contexto existente diante das manifestações emocionais infantis, principalmente as reações parentais, uma vez que essa expressão reflete a maneira que a criança está interpretando determinada situação, bem como a forma com que os pais interpretam esse olhar sobre a expressão emocional dos filhos.

Em relação ao assunto, foi realizado levantamento de produções científicas nas bases de dados a partir da Biblioteca da Unisul (CAPES, BDTD e BVS) e no Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave: “estilo, prática ou intervenção parental”, “prática educativa”, “emoção ou emocional”, “regulação emocional” e “criança”. Foram encontrados apenas dois artigos que possuíam o enfoque na relação existente entre a expressão emocional infantil e a reação parental.

Reis, Ferrari e Sperb (2016), analisaram a reação de trinta mães frente às expressões emocionais de raiva e tristeza dos filhos com idades entre cinco e dez anos, através de entrevistas com estudos de casos e Oliveira, Gurtat e Reis (2018) discorreram sobre uma investigação que fizeram com vinte e seis casais a respeito do manejo parental frente à expressão de raiva de filhos do sexo feminino e masculino (de seis a doze anos), por meio de entrevistas e histórias-estímulo. O primeiro estudo levantou que o uso de estratégias desadaptativas era predominante, especialmente a punição e minimização para raiva e punição e substituição para tristeza. O segundo artigo verificou que as estratégias mais utilizadas pelos pais frente à raiva dos filhos foram reação centrada no problema (adaptativa) e reação punitiva (desadaptativa).

Diante da escassez de publicações sobre o assunto, em especial com crianças pré-escolares, essa pesquisa pode contribuir para o campo científico por meio da promoção do conhecimento para os profissionais da área da Psicologia, bem como, médicos e professores, acerca das reações parentais e das expressões emocionais dos filhos, podendo auxiliar em seus trabalhos com esse público.

Além disso, no âmbito social, a produção de conhecimento deste estudo pode contribuir para uma maior compreensão das emoções infantis de modo geral, e para que pais e familiares possam utilizar estratégias mais funcionais com relação a essas.

Assim sendo, a proposta desta pesquisa teve como objetivo avaliar as atitudes dos pais diante das manifestações emocionais dos filhos relacionando-as às práticas educativas parentais. Para tanto, buscou-se identificar as manifestações emocionais mais frequentes em crianças pré-escolares na perspectiva dos pais; identificar atitudes dos pais diante de manifestações emocionais dos filhos; identificar a compreensão dos pais sobre as manifestações emocionais dos filhos; identificar a compreensão dos pais sobre as suas atitudes diante das manifestações emocionais dos filhos; identificar como os pais se sentem em relação às manifestações emocionais dos filhos e suas reações e, discutir como as práticas educativas parentais adotadas pelos pais pesquisados podem contribuir para o desenvolvimento emocional dos filhos.

2 PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS

Os pais são as principais fontes de contato entre a criança e o mundo. É através da mediação entre esses dois campos que o indivíduo, desde o momento do nascimento, percebe suas emoções, adquire experiência e vivencia o seu entorno – pelos olhos dos pais. Assim, pode-se dizer que é a partir dessa relação que o ser humano aprende a viver (GOMIDE, 2004).

Com o intuito de direcionar o comportamento e a socialização dos filhos, no sentido de promover padrões de autonomia, independência e responsabilidade, além de repassar princípios morais e reduzir aqueles (comportamentos) que são considerados inadequados, os pais utilizam estratégias e atitudes de orientação chamadas de práticas educativas parentais (GOMIDE, 2003, 2014).

Para desenvolver este capítulo, serão utilizadas três obras, sendo elas: “Habilidades sociais – desenvolvimento e aprendizagem” (2003), “Pais presentes, pais ausentes” (2004) e “Inventário de Estilos Parentais - IEP” (2014) da autora Paula Inez Cunha Gomide. Esta – brasileira, doutora em Psicologia e atuante na área Forense é referência brasileira no assunto “práticas educativas parentais” e, por isso, a única referência a ser utilizada. (CNPQ, 2021).

Gomide (2003, 2014) assinala que as práticas parentais podem ser agrupadas em dois grandes grupos: aquelas que podem implicar comportamentos pró-sociais (chamadas de práticas educativas positivas) e as que possibilitam comportamentos antissociais (práticas educativas negativas), dependendo da intensidade e frequência com que os pais as utilizam. No

primeiro grupo, encontram-se as variáveis “monitoria positiva” e “comportamento moral” e no segundo grupo concentram-se: “negligência”, “abuso físico e psicológico”, “disciplina relaxada”, “punição inconsistente” e “monitoria negativa”.

2.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS POSITIVAS

Uma das principais práticas educativas positivas é a “monitoria positiva”. Como o próprio nome já propõe, tal prática refere-se ao acompanhamento e supervisão com o uso adequado de atenção e afeto, bem como a distribuição condizente de regras e privilégios (GOMIDE, 2003, 2014).

Através dessa prática, os pais demonstram interesse aos filhos, por meio da disponibilidade em ouvir e ajudá-los com seus problemas. Ainda, informam à criança que ela é amada e importante (passo inicial para a formação de uma pessoa feliz e segura), inibem o desenvolvimento de aspectos negativos (pois sua atenção está voltada para os aspectos positivos do comportamento infantil), estabelecem uma relação de confiança (uma vez que, quando a criança errar, terá oportunidade de refletir e se autocriticar, e quando acertar, será elogiada), ensinam a elogiar e ter empatia, mas, principalmente, permitem o desenvolvimento apropriado das emoções (GOMIDE, 2004).

Concomitantemente, tem-se o “comportamento moral” como prática parental positiva. Este, refere-se ao exemplo dado pelos pais com o propósito de desenvolver virtudes em seus filhos, como a empatia, o senso de justiça, a generosidade, a importância do trabalho e sobre o que consideram “certo” e “errado” quanto aos assuntos como sexualidade e drogas (GOMIDE, 2003, 2014).

Cabe ressaltar que o aprendizado por meio de ensinamentos é extremamente necessário, porém, é através do exemplo (pela observação) e da reflexão de seus próprios comportamentos que a criança vai experimentar esses valores. Neste caso, possibilitando o aumento da autoestima, de comportamentos pró-sociais, do autoconceito, de julgamentos morais apropriados e, principalmente, evitando que comportamentos desadaptativos ou inadequados (como infração, delinquência e uso de drogas) sejam desenvolvidos (GOMIDE, 2004).

2.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS NEGATIVAS

Em contrapartida às positivas, têm-se as práticas educativas negativas. Uma das principais estratégias utilizadas pelos pais que se inclui nesta categoria é a “negligência”, que

consiste na ausência de afeto e atenção (GOMIDE, 2003, 2014).

Na maioria das vezes, a negligência ocorre de forma sutil (leve), sendo difícil de identificá-la (tanto de fora, quanto pelos próprios pais) porém, também pode ser de maneira grave. Quando os pais suprimem as necessidades das crianças, mas a fazem de maneira desatenta, desinteressada ou distante, essa ainda é considerada uma forma de negligência (GOMIDE, 2004).

Gomide (2004) salienta que a negligência, quando utilizada pelos pais ou por aqueles que deveriam cuidar (como babás ou parentes), é extremamente prejudicial à criança. Tal prática é considerada um dos principais fatores do comportamento antissocial nas crianças e de uma série de comportamentos que inviabilizam a adaptação à sociedade na adolescência e vida adulta, principalmente, porque através dela, o indivíduo é privado do desenvolvimento da autoestima.

Outra prática negativa é o “abuso físico e psicológico”, relacionados à disciplina por meio de práticas corporais negativas, chantagens, ameaças e humilhações. Coexistindo em um contínuo, o abuso e a punição física encontram-se lado a lado, uma vez que um (abuso físico) é a severidade do outro (punição física) (GOMIDE, 2003, 2004, 2014).

Os pais que utilizam da punição física/corporal de maneira severa, acompanhada de insultos, xingamentos, ameaças e chantagens (abuso psicológico), promovem o medo e não o respeito. Além disso, ensinam que a criança está errada (atingindo o seu ser) e não o comportamento dela em si, resultando em reincidência do mesmo quando ela se encontra longe dos pais, em incompetência em distinguir o “certo” do “errado” e em insegurança e baixa autoestima (GOMIDE, 2004).

“Disciplina relaxada” é uma outra estratégia considerada negativa quando utilizada por pais ou cuidadores. Esta, refere-se ao relaxamento ou afrouxamento das regras estabelecidas – regras essas que deveriam ser criadas para permitir e promover um relacionamento harmônico e composto por respeito aos valores do ambiente que as estabeleceu (GOMIDE, 2003, 2004, 2014).

Atitudes dessa natureza fazem com que crianças e adolescentes aprendam que regras podem ser descumpridas e que não precisam aceitar e seguir normas sociais (como placas de trânsito e leis). Ainda, entendem que as autoridades que criaram essas regras (pais, professores e sociedade) não merecem respeito, uma vez que não são capazes de garantir o cumprimento, e, aprendem a utilizar a manipulação emocional em prol de seus interesses (com choro, chantagens, “caras arrependidas” ou agressividade). Assim, os filhos não adquirem conhecimento sobre o que é certo ou errado, sobre o respeito às instituições, aos valores morais

e aos direitos humanos, ou seja, aprendem a desrespeitar o próximo (GOMIDE, 2003, 2004, 2014).

Simultaneamente, encontra-se a “punição inconsistente”, uma outra prática educativa negativa. Essa, por sua vez, remete à orientação de acordo com o humor momentâneo de quem a pratica e não pelo comportamento apresentado pela criança ensinando assim, a discriminar o humor do responsável e não a perceber o comportamento inadequado (GOMIDE, 2003, 2004, 2014).

Gomide (2004) ressalta que crianças que convivem com este tipo de prática, não reconhecem quais são os comportamentos adequados e desejados pelos pais, aprendem apenas que o humor deles varia e que podem esquivar-se de momentos ruins de acordo com este. Em outras palavras, a aprendizagem acontece de acordo com as emoções percebidas e não pelos maus ou bons comportamentos que os responsáveis desejam transmitir.

Dessa forma, havendo prejuízos relevantes para o processo educativo, uma vez que os valores são passados de forma confusa e instável, fazendo com que cresçam buscando por si próprios o que é certo ou errado. Ainda, desencadeia a instabilidade emocional nas crianças (incluindo ansiedade e agressividade) em função da frustração em não saber como agradar os pais e, sucessivamente, a perda da autoridade paterna, pois não há segurança e estabilidade em sua orientação (GOMIDE, 2004).

A última prática negativa destacada pelos estudos de Gomide (2003, 2004, 2014), é a chamada “monitoria negativa” ou “supervisão estressante”, que tem como característica principal o excesso de ordens, cobranças ou instruções, independente do comportamento pela criança apresentado. A partir dessa, a hostilidade predomina o ambiente familiar, pois o padrão de relacionamento é baseado em discussões e agressões verbais.

Através dessa fiscalização excessiva, os pais demonstram desconfiança nos filhos em contrapartida, percebendo a falta de confiança dos responsáveis, as crianças tendem a buscar formas de burlar as instruções (mentindo, escondendo acontecimentos, entre outros). Porém, cabe salientar, que os pais que utilizam deste tipo de estratégia, acreditam que estão se dedicando e fazendo o melhor para suas crianças, mas que essas não estão valorizando seus esforços. Por outro lado, os filhos entendem que não estão sendo amados e cuidados, e que precisam fazer de tudo para garantir sua singularidade e independência (GOMIDE, 2004).

Portanto, a partir da repetição de ordens, cria-se uma saturação de informações que resulta na seleção (pela criança) de acordo com o seu interesse ouvindo as instruções como uma “ladainha” e não como uma orientação ou algo a ser cumprido. Dessa forma, os pais não estabelecem regras, apenas repetem ordens, o que, por muitas vezes, acaba promovendo a perda

do controle emocional e assim, sucessivamente, criando insegurança e não estabelecendo (como nas outras práticas negativas) o “certo” e o “errado”. Tal estratégia ressalta que, na educação, a desconfiança é um mau mediador ao contrário do afeto, que deveria ser destacado na relação entre pais e filhos (GOMIDE, 2004).

Dessa forma, as práticas educativas parentais fazem-se presentes no cotidiano das famílias, principalmente daquelas que possuem filhos na fase da infância. Pais, cuidadores e responsáveis estão, diariamente, utilizando estratégias para ensinar, educar e passar valores/princípios, costumes e regras aos pequenos mesmo que de forma negativa. Por isso, o olhar para essas (práticas) é tão importante, principalmente quando relacionadas ao desenvolvimento infantil.

3 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

As mudanças ocorridas ao longo da infância estão imersas no desenvolvimento humano, que ocorre da concepção à morte. Num primeiro momento, de acordo com a idade – período do desenvolvimento humano, a mesma pode ser dividida em primeira infância (de zero aos três anos) e segunda infância ou anos de educação infantil (dos três aos seis anos) (COLL; MARCHESI; PALÁCIOS, 2007).

Ao longo destes dois períodos (primeira e segunda infância), ocorrem mudanças significativas na vida das crianças. Essas, por sua vez, relacionadas a diversos fatores, como: a maturação do cérebro e seus processos, as características da espécie (genoma humano), a cultura (incluindo a socialização da mesma), o momento histórico, o grupo social (relações que promovem experiências e apresentam o mundo à criança) e as características individuais (gene, idade, contexto de desenvolvimento, etc.) (COLL; MARCHESI; PALÁCIOS, 2007).

3.1 PRIMEIRA INFÂNCIA

Cypel (2011) destaca que a primeira infância (período que compreende os três primeiros anos de vida) é determinante para o desenvolvimento integral (cognitivo, linguístico, psicoemocional, físico-motor, social, moral e criativo) em toda a vida humana. Por isso, é extremamente importante que haja conhecimento dos processos que ocorrem nesta fase.

O ser humano cresce mais rápido nestes três primeiros anos do que em qualquer outro período da vida (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Com relação ao desenvolvimento cognitivo infantil, Piaget (1999), precursor dos estudos relacionados ao assunto, declara que o período

entre o nascimento e a aquisição da linguagem é marcado por um grande e importante desenvolvimento mental. Ainda, ressalta que este é decisivo para o curso completo da evolução psíquica, uma vez que é a representação da conquista de todo o universo prático que envolve a criança, através da percepção e dos movimentos.

A idade entre os dois e três anos, de acordo com Piaget (1999), marca o início do período “pré-operatório”, onde surge a função simbólica da criança. Além de poder diferenciar o objeto daquilo que o representa, o sujeito passa a lidar com representações (sem a necessidade da presença do objeto), o que permite o aprimoramento da linguagem. Ainda, apresenta outras características de pensamento, sendo elas: a irreversibilidade, o egocentrismo, o animismo, o artificialismo, o finalismo, a ausência de conservação e a ausência de transitividade.

Nesse mesmo período, a criança tenta, de forma intensa e persistente, tornar-se independente, porém, também tende a superestimar suas capacidades e acaba frustrada quando se depara com o fracasso. Ao mesmo tempo, vigia a mãe e os familiares mais próximos para ter certeza de que, quando precisar, poderá correr para eles, o que exige ampla vigilância e disponibilidade de acolhimento dos adultos (CYPEL, 2011).

Com relação ao desenvolvimento emocional, desde o nascimento, a forma mais utilizada pelo bebê para se comunicar com seus pais ou cuidadores é através da expressão emocional (como o choro, o olhar interessado, o susto, o medo), tendo um valor inquestionável, pois regula a conduta dos responsáveis. Ao longo da primeira infância, os sinais emocionais tornam-se cada vez mais seletivos, aumentam sua rapidez e duração e, principalmente, vão estabelecendo a socialização com as figuras de apego (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007).

Dito isso, é evidente que o vínculo mais importante, nesta fase, é o apego, vínculo afetivo estabelecido com uma ou mais pessoas do seu entorno (geralmente da família). Este, é fundamental para o desenvolvimento e possui uma função adaptativa tanto para a criança, quanto para os pais, o sistema familiar e a própria espécie humana (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007).

Bowlby (2002, p. 222), relata que “o comportamento de apego é visto como aquilo que ocorre quando são ativados certos sistemas comportamentais” e que tem uma função biológica que lhe é específica, inclusive, classificado com a mesma importância que o comportamento parental para o ser humano adulto. O autor sugere que esses comportamentos se desenvolvem na primeira infância, “como resultado de sua interação com o seu meio ambiente de adaptabilidade evolutiva e, em especial, de sua interação com a mãe”, que é a principal figura nesse meio e momento, porém, com especificidades quanto à idade:

A partir dos dois anos, o conjunto de sistemas comportamentais envolvidos é ativado com mais facilidade na maioria das crianças, principalmente se partir da mãe ou por algo que as assusta aqui, “os estímulos que mais efetivamente finalizam os sistemas são o som, a visão e o contato da mãe”. Após esse período, eles (sistemas) “passam a ser ativados com menos facilidade e passam por outras mudanças que tornam menos urgente a proximidade com a mãe”. (BOWLBY, 2002, p. 222). Do ponto de vista subjetivo, porém, a função do apego é “proporcionar segurança emocional” onde o sujeito se sente seguro, aceito e protegido (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007, p. 105).

Com relação à expressão emocional das crianças, Ortiz, Fuentes e López (2007) elencam duas diferenças importantes: o gênero (entre meninos e meninas) e a socialização no contexto familiar. Esta última (o ambiente familiar da criança), intervém de forma a propiciar e regular as oportunidades infantis de sentir e compartilhar emoções; no nível de dependência de expressividade dos pais, com relação à intensidade e exposição dos sentimentos dos mesmos e, por último, através do ensino das regras de manifestação que declaram quando, onde, com quem e com qual intensidade os indivíduos expõem suas emoções (ligadas à cultura familiar).

Aos dois anos de idade, surge o primeiro indício do controle emocional infantil através de duas expressões: comprimir os lábios para controlar a expressão de cólera e morder o lábio inferior para conter a expressão de ansiedade. Com o desenvolvimento da linguagem, porém, a criança passa por uma grande mudança no aspecto emocional, pois lhe é proporcionado um novo modo de expressão de seus sentimentos – o que tende a diminuir as expressões abertas de choro e de cólera (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007). Assim, “[...] conversas com as figuras de apego sobre as emoções próprias e alheias, sobre suas causas e consequências, contribuem de maneira incontestável para o desenvolvimento da compreensão emocional.” (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007, p.117).

Para finalizar a primeira infância, além de compreender as emoções alheias, as crianças são capazes de compartilhar os estados emocionais e afetivos dos demais, criando empatia – sendo um importante ponto das relações socioafetivas, uma vez que motiva a conduta amigável, a culpa empática e tende a inibir o comportamento agressivo. Ainda, a partir do desenvolvimento do conceito de si, as emoções morais de vergonha, culpa e orgulho, surgem (com relação ao sucesso e ao fracasso em determinadas atividades e à tentativa de reparar um dano causado). Essas emoções, porém, sempre se encontram relacionadas à aprovação/desaprovação dos cuidadores (aqui podendo ser ativos na correção e na prevenção de comportamentos disfuncionais) e da referência social, suscitando no comportamento social de acordo com os padrões contextuais estabelecidos (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007).

3.2 SEGUNDA INFÂNCIA

Sucessivamente, na segunda infância (período entre os três e seis anos), com relação ao desenvolvimento cognitivo, a criança ainda se encontra no estágio pré-operatório e a característica que perdura neste momento é a expansão no uso do pensamento simbólico e na capacidade de representação (que surgiu no estágio anterior). (PIAGET, 1999).

Com relação aos avanços cognitivos nesta fase, são elencados: o uso de símbolos (a criança não precisa estar em contato com o objeto/pessoa para pensar neles e pode imaginar propriedades novas a eles); a compreensão de identidades (consciência de que alterações superficiais não modificam a natureza das coisas); o entendimento de causa e efeito; a capacidade de classificar; a empatia e a consciência do funcionamento da mente humana. Além disso, desenvolve a compreensão de números e quantidades; melhora a atenção e a agilidade em processar informações e começa a formar as chamadas memórias de longo prazo. No que diz respeito à linguagem, ao final do estágio, espera-se que a criança fale quase como um adulto, uma vez que ela fez avanços rápidos no vocabulário, na gramática e na sintaxe. (PAPALIA; FELDMAN, 2013; TEODORO, 2013).

Com relação às habilidades construídas, o “brincar” é considerado a principal atividade da segunda infância. Ele é importante para o desenvolvimento saudável da criança (tanto do corpo quanto do cérebro), uma vez que contribui para todos os domínios. Por meio dele, permite-se que a criança use sua imaginação, descubra e utilize a criatividade para usar objetos e solucionar problemas, envolva-se com o contexto à sua volta e se prepare para o papel de ser adulto (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A partir da diversidade de contextos na qual a criança está inserida (a princípio no ambiente familiar e posteriormente para outros cenários sociais), bem como pelas interações com outras pessoas, ela vai adquirindo informações e experiências necessárias para que possa elaborar as representações de si e do mundo ao seu entorno. Nesse sentido, começa o desenvolvimento da personalidade: a conjunção da genética com os contextos influenciadores, a trajetória de vida e os traços psicológicos (aspectos afetivos e emocionais) – que configuram a individualidade de cada ser e o torna único. Este desenvolvimento dá-se através do “conhecimento e da valoração de si mesmo e do desenvolvimento emocional” (HIDALGO; PALÁCIOS, 2007, p. 181).

Hidalgo e Palácios (2007) ressaltam que os pais e os cuidadores têm parte importante na estruturação dessa personalidade, por serem os principais modeladores do primeiro contexto da criança. Relatam também que há a formação da consciência moral e que a fase entre os três

e seis anos é considerada determinante para a estruturação da personalidade infantil – etapa que implica um certo conflito nas relações cotidianas, uma vez que há o desejo de ser “ele mesmo” e de pôr em prática a sua recém-adquirida autonomia.

Com relação ao autoconceito, pode-se dizer que este se refere ao conjunto de características ou atributos pelo qual a pessoa utiliza para se definir e se diferenciar dos demais, ou seja, é uma totalidade de capacidades e traços que resulta de uma construção ao longo do desenvolvimento. Ele começa a ser construído à medida que a criança desenvolve a autoconsciência, mas é a partir da segunda infância que acontece uma maior elaboração (HIDALGO; PALÁCIOS, 2007; PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Ao mesmo tempo, como forma de completar o conhecimento de si mesmo, tem-se a autoestima: uma dimensão auto avaliativa do autoconceito. Esta, avalia e julga as características e competências do “eu” – como a criança se sente em relação a como ela é (seu próprio valor geral). A mesma, assim como o conceito anterior, se constrói ao longo do desenvolvimento e mostra uma maior complexidade à medida que a idade avança (HIDALGO; PALÁCIOS, 2007; PAPALIA; FELDMAN, 2013).

As emoções, elementos centrais de toda a atividade humana, são consideradas essenciais para o entendimento da personalidade. A compreensão emocional, assim como outros aspectos já mencionados do desenvolvimento, torna-se mais complexa à medida que a idade avança (HIDALGO, PALÁCIOS, 2007; PAPALIA; FELDMAN, 2013). Um dos principais marcos da segunda infância encontra-se neste quesito, que é a capacidade de entender, controlar e regular os próprios sentimentos (DENNIS, 2006 *apud* PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Dito isso, embora a cólera e o aborrecimento estejam presentes desde o nascimento, neste momento da infância, eles estão presentes em situações que estão ligadas principalmente a conflitos com os iguais (sendo muito frequentes durante esses anos) – onde é possível observar expressões de alta intensidade. Ao mesmo tempo, uma outra emoção que surge e que se torna protagonista é o “medo”, relacionada, muitas vezes, ao escuro e a monstros imaginários (HIDALGO; PALÁCIOS, 2007).

No entanto, como descrito anteriormente, o desenvolvimento emocional nesta idade não enquadra somente expressões externas, mas, também, o controle e a compreensão das emoções. A partir dos quatro ou cinco anos costuma ser constituído o processo de avaliação dessas manifestações, permitindo que as mesmas possam ser contextualizadas, compreendidas e explicadas mediante estados emocionais (de acordo com o ajuste de cada situação; o que se deseja e o que se consegue; a meta e o resultado alcançado). A criança, então, passa a entender a diferença entre uma emoção real e uma emoção expressa, e, desenvolve a capacidade para

esconder suas emoções (diferenciando o estado emocional interno da expressão externa) (HIDALGO; PALÁCIOS, 2007).

Desse modo, fica evidente que o desenvolvimento da personalidade e das emoções está intimamente ligado aos processos socializadores e educativos, fazendo-se necessário o aprofundamento do conhecimento em regulação emocional – para um melhor entendimento da criança. Porém, cabe lembrar e salientar que a criança em desenvolvimento não se constitui por pilares ou assuntos específicos, mas como um ser integrado, formado por aspectos cognitivos, sociais e afetivos que se entrecruzam (HIDALGO; PALÁCIOS, 2007).

4 EMOÇÕES E REGULAÇÃO EMOCIONAL

As emoções permitiram a sobrevivência dos seres humanos e continuam existindo em favor da adaptação humana. Sem as emoções, a vida não teria significado, riqueza, textura e, não seria possível a conexão entre as pessoas. São elas que remetem às necessidades dos indivíduos, seus direitos e suas frustrações; os motivam, levam a avaliar as alternativas, pesar as situações, fazer mudanças quando necessárias e a conhecer aquilo que os satisfazem ou não. (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ; 2007; LEAHY; TIRCH; NAPOLITANO, 2013).

De modo geral, as pessoas (de todas as idades e fases da vida) vivenciam emoções de variados tipos e instâncias, ao mesmo tempo em que tentam lidar com elas, algumas vezes, de maneiras eficazes, outras com estratégias ineficazes, mas sempre de acordo com a sua compreensão. Para que o funcionamento da mesma seja adaptativo, é necessário que haja flexibilidade entre a situação e o nível de ativação emocional que seja satisfatório em motivar a ação, mas que ao mesmo tempo, possa manejá-la e tolerá-la; uma vez que o problema não está em sentir determinada emoção, mas na (in)capacidade de reconhecê-la, aceitá-la e continuar independente dela. Em função disso, uma das principais tarefas evolutivas inclui o desenvolvimento da regulação emocional (LEAHY; TIRCH; NAPOLITANO, 2013).

Para compreender a regulação emocional (RE), primeiramente, remete-se ao seu oposto: a chamada “desregulação emocional”, que é definida pela dificuldade ou incapacidade de lidar com as situações/experiências e processar os sentimentos e as emoções. Esta pode manifestar-se como intensificação excessiva ou desativação excessiva das emoções (LEAHY; TIRCH; NAPOLITANO, 2013). Na primeira, há “aumento de intensidade de uma emoção que seja sentida pelo indivíduo como indesejada, intrusiva, opressora ou problemática [...] o indivíduo se sente sobrecarregado e com dificuldade de tolerar tais emoções”. A desativação, é caracterizada por esquivar, “[...] inclui experiências dissociativas, como despersonalização e

desrealização, cisão ou entorpecimento emocional em situações nas quais normalmente se esperaria que as emoções fossem sentidas em alguma intensidade ou magnitude.”. (LEAHY; TIRCH; NAPOLITANO, 2013, p. 21).

Concomitantemente, a regulação emocional remete às estratégias de enfrentamento que o indivíduo utiliza para confrontar a carga emocional indesejada, quer sejam elas problemáticas ou adaptativas (dependendo do contexto, da pessoa e da situação). Para os autores Leahy, Tirsch e Napolitano (2013, p. 21), a mesma “é como um termostato homeostático capaz de regular as emoções e mantê-las em “nível controlável” para que se possa lidar com elas”.

Morris *et al.* (2007) destacam que a regulação emocional possui processos internos e externos. O estudo dos processos internos inclui o gerenciamento das emoções, como: as cognições emocionais, o gerenciamento das respostas fisiológicas e o deslocamento da atenção; e, o oposto (externos) relaciona-se às influências externas, como: pais, cuidadores ou indivíduos próximos que auxiliam no campo emocional.

Na primeira infância, são os pais ou cuidadores que modulam e regulam as emoções infantis, embora que progressivamente as crianças adquiram um maior controle sobre o aspecto emocional de suas vidas. Neste sentido, tão importante quanto o desenvolvimento cognitivo e de regulação emocional, está o papel dos cuidadores ou pais, uma vez que, quando o vínculo afetivo está estabelecido, a criança se volta para a figura de apego como “refúgio” em momentos que a ansiedade, o medo e a tristeza se fazem presentes (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007).

Dito isso, é evidente que apesar dos avanços ocorridos ao longo do desenvolvimento infantil, as figuras de apego continuam modulando e regulando a maioria das experiências e expressões emocionais das crianças (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007). O modelo proposto por Morris *et al.* (2007, p. 3) contribui para tal entendimento, pois retrata os processos envolvidos na regulação emocional com a socialização familiar, ilustrando seus efeitos e características no ajuste geral de pais e filhos. Nele, a socialização da RE acontece de acordo com três processos: “observação/modelagem, práticas parentais e o clima emocional da família”.

Assim sendo, avaliar o manejo dos pais diante das manifestações emocionais dos filhos faz-se imprescindível, principalmente quando relacionados às práticas parentais e seus desdobramentos para o desenvolvimento emocional da criança.

5 MÉTODO

De acordo com os objetivos, o estudo realizado foi caracterizado como pesquisa de campo delimitada como “descritiva” e qualitativa. A pesquisa desse tipo analisa os dados em toda a sua riqueza, respeitando sempre a forma com que eles foram registrados e/ou transcritos.

5.1 PARTICIPANTES

A estimativa era de que fossem pesquisados, aproximadamente, dez pais com filhos entre dois e seis anos de idade, matriculados no “Centro de Educação Infantil X” (localizado em Laguna, SC). Tal amostragem é considerada não-probabilística, intitulada como “amostra por acessibilidade ou por conveniência”. Ainda, foram observados os seguintes critérios de inclusão: ser pai ou mãe de pelo menos uma criança entre os dois e seis anos de idade e ser pai ou mãe de uma criança matriculada na referida escola. Em contrapartida, foi destacado o seguinte critério de exclusão: a presença, na criança, de algum transtorno do neurodesenvolvimento ou de algum transtorno mental de outra ordem.

Quadro 1 - Categorização dos participantes da pesquisa

Entrevistado	Idade	Idade do filho(a)		Profissão	Escolaridade
E1	33	2		Balconista	Ensino médio completo
E2	28	5		Gerente de RH	Superior completo
E3	33	6		Professora	Superior completo
E4	37	4		Vendedora	Superior completo
E5	38	5		Professora	Superior completo
E6	22	3		Vendedora	Ensino médio completo
E7	32	2	5	Fotógrafa	Superior completo

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Participaram da pesquisa sete mães com idade entre vinte e dois e trinta e oito anos (M=31,8 anos) e com filhos entre dois e seis anos de idade (M=4 anos), como mostra o Quadro 1. Com relação ao estado civil delas, seis são casadas e uma é solteira. Já com relação às crianças: quatro têm irmãos e três são filhos únicos; seis crianças são do sexo feminino e uma do sexo masculino.

5.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

O projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unisul (CEP) e, após a autorização do mesmo (Parecer nº 4.950.950), a coleta de dados foi iniciada. Logo, foi enviado um convite à diretora do C.E.I., que encaminhou aos grupos de pais pelo aplicativo “*WhatsApp*”, este continha o tema do projeto, os objetivos e a solicitação de participação dos mesmos na pesquisa. Além disso, foi anexado um link (do *Google Forms*) para a inscrição daqueles que se disponibilizaram, solicitando os dados sociodemográficos destes.

Então, a pesquisadora entrou em contato com cada pai/mãe que respondeu ao link, explicou sobre a pesquisa e encaminhou o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”. A concordância ao TCLE foi registrada pelo meio escolhido por cada um (por texto ou áudio no próprio *WhatsApp*) onde, a partir do aceite, foi agendada a entrevista – realizada por meio de uma chamada de vídeo (*WhatsApp*) e mediada por uma entrevista “semiestruturada”.

O conteúdo das respostas das entrevistas foram gravados (mediante autorização dos participantes), transcritos e analisados com utilização da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1994).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias de análise foram determinadas “a posteriori”, a partir do processo de recorte das unidades de significação e análise, construindo-se as categorias iniciais e intermediárias, possibilitando-se então, em última análise, determinar as categorias finais que foram objeto de discussão em termos de resultados, nesta pesquisa.

Com relação ao objetivo específico que diz respeito às “manifestações emocionais mais frequentes em crianças pré-escolares na perspectiva dos pais”, as emoções que mais se destacaram na pesquisa foram a “alegria” e o “medo”, seguidas em ordem decrescente por “afeto/carinho/amor”, “ausência de tristeza”, “raiva”, “ciúme”, “tristeza” e “todo tipo de emoção”, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Manifestações emocionais mais frequentes em crianças pré-escolares na perspectiva dos pais

Manifestações Emocionais	Descrição	Participantes
Alegria	“Ela é uma criança bem alegre” (E1) “Não precisa ser uma coisa muito difícil pra ela ficar feliz. Um abraço, um beijo, é... entregar uma balinha, ela já fica contente. Não precisa ser uma coisa muito estrambólica” (E5)	E1, E2, E3, E4, E5, E7
Medo	“Ela tá descobrindo as coisas, tem coisas que ela não entende, que ela tem muito medo” (E1) “Ela agora tá demonstrando mais medo” (E4) “Eu li uma historinha pra ela sobre medo do escuro” (E5)	E1, E3, E4, E5, E7
Afeto/amor/carinho	“Ele é bastante amoroso” (E3) “Mais nova, ela já é mais carinhosa, ela já demonstra mais o sentimento assim amoroso mesmo, assim, de carinho” (E7).	E1, E3, E7
Ausência de tristeza	“Não tem tristeza, né, com ela” (E1) “Difícilmente ela fica triste” (E4).	E1, E2, E4
Raiva	“Raiva. Revoltada, assim, mandona” (E6) “Eu acho que ela demonstra o ciúme dela através da raiva” (E7)	E6, E7
Ciúme	“Eu acho que ela demonstra o ciúme dela através da raiva”	E7
Tristeza	“Mas também ela fica bastante triste”	E5
Todo tipo de emoção	“Ela expressa bastante todo tipo de emoção”	E5

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

De acordo com o Quadro 2, percebe-se que, desde a tenra infância, assim como sugerido por Damásio (2000, 2012), as emoções se fazem presentes na vida humana, desempenhando um papel importante na conservação da mesma, principalmente por expressarem alterações físicas ou comportamentais. Também é possível elencar a existência das emoções primárias (inatas, que constituem o processo básico emocional) por meio dos discursos contendo a alegria, o medo, a raiva e a tristeza; bem como das emoções secundárias (sociais, “aprendidas”, que compreendem um maior processo no organismo), presentes nas expressões relacionadas ao afeto/amor/carinho e ao ciúme. Ainda, há a evidência de que os dois tipos de emoções podem e devem ser encontrados no início da infância (não sendo necessariamente encontradas apenas as primárias), como sugerido por E5.

Dito isso, destacam-se as categorias: “alegria”, “ausência de tristeza”, “raiva” e “tristeza”, uma vez que, de certo modo, elas se complementam, já que a primeira (alegria) é citada em grande proporção, a segunda em quase metade das respostas, a terceira apenas em duas e a quarta em apenas uma fala remetendo à suposição de que, para essas mães, a infância é vista como algo tranquilo, alegre e leve, onde emoções como tristeza e raiva são inapropriadas.

Em contrapartida, o “medo” expresso pelas crianças de E1, E3, E4, E5 e E7, pode ser relacionado à faixa etária, uma vez que as quatro crianças se encontram na segunda infância e, nesta idade, a emoção que surge e que se torna protagonista é justamente o medo. Este, muitas

vezes relacionado ao escuro e a monstros imaginários (HIDALGO; PALÁCIOS, 2007), o que é elucidado pela falas de E4 e E5, este último, devido ao medo de escuro manifestado pela filha.

Cabe contemplar também sobre o “afeto/carinho/amor” e o “ciúme”. O primeiro, observado por E1, E3 e E7, pode ser relacionado às figuras de apego, uma vez que essa é a forma encontrada pelas crianças para reforçar o vínculo afetivo com as pessoas ao seu entorno, especialmente na interação com a mãe (principal figura nesse meio e momento), tendo uma função adaptativa para si, para os pais e para o sistema familiar. O segundo (ciúme), por sua vez, destacado por E7, vai ao encontro do que Lipp (2005) relata sobre como as emoções podem afetar a qualidade das relações interpessoais e o bem-estar geral, se expressas de forma desadaptativa uma vez que, nesse caso, a criança pode estar confusa com relação ao entendimento e à forma de expressar suas emoções, acabando por afetar na relação familiar.

Tendo em vista as manifestações emocionais das crianças, os pais tendem a agir com base na sua compreensão (do quê e do porquê o filho está se expressando de determinada maneira), uma vez que, assim como menciona Beck (2013), a forma com que os indivíduos se sentem ou se comportam não está ligada diretamente à situação ou objeto em si, mas, essencialmente, à forma com que eles enxergam e interpretam os mesmos. À vista disso, fazendo com que seja essencial buscar a compreensão dos pais a respeito das emoções das crianças, como evidencia o quadro 3.

Quadro 3 – Compreensão dos pais sobre as manifestações emocionais dos filhos

Compreensão dos pais	Descrição	Participantes
Fase/idade	“Eu acho que é normal, né, pra idade dela / Eu acho que é fases que ela tá passando, né?” (E1) “Pelo fato de ele ter seis anos, né?” (E3) “É normal, né, da idade dela. Ela é criança” (E4)	E1, E3, E4, E5, E7
Espontâneo(a)	“O que tá sentindo, tá falando. [...] Ela não consegue tá triste e fingir que tá feliz” (E2) “Ele é bem transparente, assim, a gente só olha pra ele e a gente já sabe se ele tá triste, se ele tá com medo. O que aconteceu, se ele tá ressabiado. Ele mesmo já se [...] entrega” (E3)	E2, E3, E4, E5
Personalidade	“Ela tem cinco anos, mas tem muita personalidade. [...] Eu acho que já é dela” (E2) “Às vezes é dela mesmo” (E4)	E2, E4
Normal/reage bem	“Ela tá descobrindo, eu acho normal assim” (E1) “Ele tá bem assim no sentimento dele / Ele reage bem” (E3) “É normal, né, da idade dela. Ela é criança” (E4)	E1, E3, E4
Herdou dos pais	“Talvez ela já veio mais parecida comigo”	E2
Emoção insignificante devido à idade	“Como ela tem cinco anos é uma raiva assim... Vamos dizer que seja insignificante, né? Uma coisa assim que ela não quer e fica braba porque ela tem que fazer”	E2
Preocupado(a) demais	“Ela entende bastante as coisas, então eu sinto que às vezes ela é um pouco preocupada demais”	E5
Não demonstra a verdadeira emoção	“Eu acho que a mais velha, por ser a mais velha, eu acho que acaba tendo ciúme e ela às vezes não demonstra esse ciúme dela, né? Ela acaba sendo agressiva”	E7

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Dado o exposto, percebe-se que a “fase/idade” (E1, E3, E4, E5, E7) é a categoria encontrada em maior índice nas entrevistas – remetendo à ideia das entrevistadas de que as emoções de seus filhos são “frutos” ou estão, de certa forma, relacionadas à idade ou à fase de desenvolvimento na qual eles se encontram. Tal perspectiva corrobora com o que Coll, Marchesi e Palácios (2007) defendem sobre a primeira e a segunda infância: são dois períodos em que ocorrem mudanças significativas na vida das crianças, principalmente com relação à maturação cerebral e de seus processos; bem como pela evidência de que é através da expressão emocional que o ser humano, desde o seu nascimento, se comunica (contrariando a categoria “emoção insignificante devido à idade” de E2) e que, ao longo da primeira infância, os sinais emocionais tendem a se tornar cada vez mais seletivos e evidentes (ORTIZ;FUENTES; LÓPEZ, 2007), ou seja, têm relação direta com a fase de desenvolvimento e com a idade da criança.

Ainda, através do discurso de E2, E3, E4 e E5, torna-se possível destacar a categoria “espontâneo(a)”, que se refere ao fato de que seus filhos, que se encontram na segunda infância

(com a média de idade de cinco anos), demonstram bastante clareza na manifestação de cada emoção. Tal interpretação pode ser associada ao fato de que a compreensão emocional infantil torna-se mais complexa à medida que a idade avança e que, um dos principais marcos deste período da infância encontra-se na capacidade de entender, controlar e regular os próprios sentimentos (HIDALGO, PALÁCIOS, 2007; DENNIS, 2006 *apud* PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Logo, a categoria “personalidade” é expressa em duas entrevistas (E2 e E4) e pode ser norteadas pelos estudos de Hidalgo e Palácios (2007). Estes, discorrem sobre como a personalidade começa a ser formada na segunda infância através, primeiramente, da interação com os pais e, depois, em outros contextos, onde a criança vai adquirindo informações e experiências necessárias para que possa elaborar as representações de si e do mundo ao seu entorno. Ainda, é notável que o desenvolvimento da personalidade inclui: a genética (também evidenciada pela categoria “herdou dos pais” de E2) em conjunto com os contextos influenciadores, a trajetória de vida e os traços psicológicos próprios (aspectos afetivos e emocionais) caracterizando a individualidade de cada ser e tornando cada criança única.

No relato de E5, por sua vez, elenca-se a compreensão a respeito da filha ser “preocupada demais” com relação aos seus familiares, tal perspectiva podendo ser correlacionada a sintomas ansiosos – que, por sua vez, devem ser observados (pelos pais) com mais atenção; buscando, se necessário, uma Avaliação Psicológica com um profissional capacitado.

Leahy, Tirch e Napolitano (2013) destacam que, de modo geral, os seres humanos (de todas as idades e fases de desenvolvimento) vivenciam emoções de variados tipos e instâncias, ao mesmo tempo em que tentam lidar com elas – algumas vezes de maneiras eficazes, outras com estratégias ineficazes, mas sempre de acordo com a sua compreensão. Nesse sentido, cabe elencar as expressões “normal/reage bem” (E1, E3, E4) e “não demonstra a verdadeira emoção” (E7) e relacioná-las ao funcionamento da emoção: para que seja adaptativo (primeira categoria), é necessário que haja flexibilidade entre a situação e o nível de ativação emocional, que seja satisfatório em motivar a ação, mas que ao mesmo tempo, possa manejá-la e tolerá-la; contudo, para ser desadaptativo (segunda categoria), precisa que haja a incapacidade de reconhecê-la (emoção), aceitá-la e continuar, independente dela. Porém, no caso do relato de E7, cabe a dúvida com relação à criança (de cinco anos) ter uma resposta “desadaptativa” com base em seu conhecimento no que diz respeito a “disfarçar” as próprias emoções ou se esta (menina) encontra-se confusa com relação às mesmas, assim, cabendo um olhar, por parte dos pais e responsáveis, acerca do desenvolvimento da regulação emocional.

Tendo em vista as expressões emocionais das crianças, é evidente que o cuidado e o manejo dos pais estão diretamente relacionados ao desenvolvimento infantil de maneira saudável. Segundo Ortiz, Fuentes e López (2007), sabe-se também que as atitudes dos pais perante as expressões emocionais dos filhos intervêm de forma a propiciar e regular as oportunidades infantis de sentir e compartilhar emoções – tornando necessário o conhecimento acerca das atitudes desses, como revela o Quadro 4.

Quadro 4 – Atitudes dos pais diante de manifestações emocionais dos filhos

Prática parental	Atitudes	Participantes
Monitoria positiva	Conversa	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7
	Acolhe e dá carinho	E1, E4, E5, E6, E7
	Comunica limite com ênfase	E1, E2, E5, E6
	Lê para a criança	E3, E5
	Tenta passar segurança	E4, E6
	Deixa que a criança se expresse	E4
	Dá atenção	E5
	Ajuda a enfrentar o medo	E7
Monitoria negativa	Distrai	E4
	Briga	E3, E7
	Castigo/ tira algo que a criança gosta	E3
Negligência	Negligencia a manifestação emocional	E2
Abuso físico e psicológico	Dá tapa/agride	E7
	Chantagem (abuso psicológico e monitoria negativa)	E7

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Como observado no quadro 4, a “monitoria positiva” é elencada como a prática educativa parental mais utilizada pelos pesquisados. Esta, sendo uma prática educativa parental positiva, diz respeito à supervisão com o uso adequado de atenção e afeto, onde regras e privilégios são equiparados (GOMIDE, 2003, 2014). Ela é observada, principalmente, no que refere à categoria “conversa”, encontrada nos discursos das sete mães como, por exemplo, nas falas de E3: “a gente conversa / pergunta o motivo” e de E2: “eu me importo e eu quero saber, tenho interesse”.

Ainda com relação à monitoria positiva, podem-se destacar as categorias “acolhe e dá carinho”, “comunica limite com ênfase”, “lê para a criança”, “tenta passar segurança”, “deixa que a criança se expresse”, “dá atenção” e “ajuda a enfrentar o medo”, todas retratando a premissa da prática, que é demonstrar interesse aos filhos através da disponibilidade em ouvir e ajudá-los com seus problemas. Ao utilizar tais atitudes, as mães do estudo estão informando

às crianças que elas são amadas e importantes, além de possibilitarem a inibição do desenvolvimento de aspectos negativos, estabelecerem uma relação baseada em confiança, ensinarem sobre empatia e, principalmente, permitirem o desenvolvimento apropriado das emoções (uma vez que as enxergam, demonstram interesse, afeto e as auxiliam na identificação e manifestação) (GOMIDE, 2003, 2004, 2014).

Contrapondo a anterior, têm-se as práticas educativas negativas, num primeiro momento a partir da “monitoria negativa”, de acordo com Gomide (2003, 2004, 2014), percebida nas falas de E3 e E7: “eu brigo com ele” e “na vez de a gente acolher, a gente acaba [...] batendo mais de boca com ela”, respectivamente – se enquadrando na categoria “briga”. Na sequência, encontra-se “castigo/ tira algo que a criança gosta” também de E3: “boto de castigo / Aí eu tiro alguma coisa que ele gosta até ele resolver” e “chantagem”, observada na fala de E7: “às vezes eu acabo trocando ou fazendo uma chantagem que às vezes resolve, mas às vezes eu não sei se tá sendo legal”.

Com relação ao discurso de E4 (enquadrado em “distrain” através da fala: “tento distrair ela com alguma coisa”), o mesmo pode ser relacionado a dois pilares – um deles remetendo à ideia de que a mesma é uma reposta moduladora materna (que regula o estado emocional da criança e a ajuda a tolerar níveis de tensão, pois favorece o estado emocional positivo e reduz o negativo) (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007). Em contrapartida, o outro “lado” está embasado na ideia de que, antes da distração em si, é necessário reconhecer e validar a emoção da criança (valorizando-a) – fazendo com que a distração seja uma forma de não permanecer em um comportamento de possível vitimização. No caso relatado (E4), porém, não foi destacado o reconhecimento da emoção infantil, por isso o mesmo foi elencado como “monitoria negativa”.

Acerca da monitoria negativa (também chamada de supervisão estressante), cabe ressaltar que tal prática é embasada, essencialmente, no excesso de cobranças e ordens, independente da manifestação exposta pela criança. Os pais, por meio desta, demonstram desconfiança nos filhos, mesmo que sem intenção – uma vez que, como proposto por Gomide (2003, 2004, 2014), eles acreditam que estão se dedicando e fazendo o melhor por suas crianças, mas que essas não estão valorizando seus esforços. Dessa forma, o “certo” e o “errado” não são estabelecidos, uma vez que os pais não estabelecem ordens, apenas as repetem (vistas como uma “ladainha”), resultando, assim, na desconfiança (que é um mau mediador parental, uma vez que é o contrário do afeto).

Sucessivamente, também caracterizada como prática negativa, encontra-se a “negligência”. Esta, elucidada pela categoria “negligencia a manifestação emocional”, é

encontrada na entrevista dois (E2) e pode ser vislumbrada através da narrativa “eu nem dou bola... Quando ela tá com raiva eu nem dou bola”. Consistindo na ausência de atenção e afeto, a negligência pode ser observada até mesmo quando as necessidades das crianças são supridas, mas feitas de maneira desatenta, desinteressada ou distante (como este caso); esta, quando utilizada, é extremamente prejudicial à criança uma vez que, através dela, o indivíduo é privado do desenvolvimento da autoestima, considerada um dos principais fatores de comportamento antissocial nas crianças e de uma série de comportamentos que inviabilizam a adaptação à sociedade após a infância.

Além disso, a última atitude encontrada no estudo que é considerada uma prática educativa parental negativa é o “abuso físico e psicológico”. Este, presente no discurso de E7, é observado nas seguintes frases: “de vez em quando rola uns tapinha na bunda” (abuso físico) e “às vezes eu acabo trocando ou fazendo uma chantagem que às vezes resolve, mas às vezes eu não sei se tá sendo legal” (abuso psicológico). Relacionada à disciplina por meio de práticas corporais negativas, chantagens, ameaças e/ou humilhações, tal prática promove, segundo Gomide (2003, 2004, 2014), o medo e não o respeito. Ainda, ensina à criança que ela está errada (atingindo o seu ser) e não o comportamento dela em si, o que pode resultar em reincidência do mesmo quando ela estiver longe dos pais, em incompetência em distinguir o “certo” do “errado”, em baixa autoestima e em insegurança, sendo extremamente prejudicial ao desenvolvimento emocional infantil.

Contudo, como já mencionado anteriormente, as atitudes (comportamentos) não são baseadas apenas na situação, mas pautadas principalmente na interpretação que a pessoa (neste caso, os pais) dá ao acontecimento. Dessa forma, como os comportamentos advêm da compreensão dos fatos, para entender melhor as atitudes dos pais da pesquisa cabe buscar a compreensão deles a respeito de suas atitudes, conforme verifica-se no Quadro 5.

Quadro 5 – Compreensão dos pais sobre as suas atitudes diante das manifestações emocionais dos filhos

Compreensão dos pais	Descrição	Participantes
Age adequadamente	“Eu acho que tô fazendo certo, né? Eu acho que eu tô tentando” (E1) “A gente reage bem [...] diante das emoções dele” (E3) “Eu acho que eu tô indo, começando ainda no caminho certo” (E4)	E1, E2, E3, E4, E5
Dúvida sobre estar errando	“Como mãe a gente sempre acha que [...] alguma coisa a gente falha, né?” (E5) “Algumas atrapalham, né? Acho que responder da mesma forma que ela age” (E6) “Eu acho que eu erro, [...] erro um pouquinho nisso” (E7)	E5, E6, E7
Impaciência	“Eu me acho um pouco sem paciência com ela” (E4) “Na vez de a gente tentar acolher a mais velha, a gente acaba tratando [...] ela sem paciência” (E7)	E4, E7
Ser exemplo para os filhos	“Porque eu sempre digo, né? Os filhos a maioria é o espelho do que vê em casa / Se ele vê o que a gente faz dentro de casa, ele vai fazer igual” (E3) “Eu acho que a gente passa muito pra eles, pra elas, né, as nossas atitudes” (E7)	E3, E7
Dificuldade em lidar	“Têm vezes que a gente não sabe como lidar, né?” (E5) “Eu ultimamente tô tendo dificuldade em lidar com as emoções dela” (E7)	E5, E7
Aprendendo a lidar	“Então eu tô aprendendo a lidar com as minhas emoções também”	E4
Necessidade de mudar atitudes	“A mais novinha, ainda, eu tenho que mudar com a mais velha pra não se repetir com a mais nova, né? Que daí [...] já pensou se eu tenho outro filho? Aí vai ser igual, né, o tratamento / Eu queria não ser assim com ela”	E7

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Observa-se, cinco das sete entrevistadas (E1, E2, E3, E4, E5) acreditam que estão “agindo adequadamente”- ou seja, que estão agindo conforme o “esperado” e o “ideal” para que a criança se desenvolva bem (saudável). Em contrapartida, três mães relatam que estão com “dúvida sobre estar errando” (E5, E6, E7) ou, em outras palavras, falhando na criação dos filhos. Uma dessas mães, no entanto, encontra-se nas duas categorias, pois, segundo E5:

Mãe é assim, né? Têm horas que a gente acha que tá acertando, têm horas que a gente acha que tá fazendo errado. Ao mesmo tempo, eu também acho que eu sou uma mãe carinhosa, que eu dou bastante atenção, que eu converso bastante. [...] Uma hora eu acho que eu tô certa, uma hora eu acho que eu tô errada, uma hora eu acho que eu sou a pior mãe do mundo, outra hora eu acho que eu sou a melhor mãe do mundo.

Dito isso, cabe destacar o que Gomide (2003, 2004, 2014) identifica como as principais fontes de contato entre a criança e o mundo: os pais; por meio dos olhos destes, o indivíduo, desde o nascimento, percebe suas emoções, adquire experiências e vivencia o seu entorno. Ainda, sabe-se que, através das práticas educativas parentais, os pais direcionam o

comportamento e a socialização dos filhos, bem como repassam princípios morais e reduzem aqueles (comportamentos) considerados inadequados – ou seja, existem as práticas positivas e as negativas, então, os pais e as crianças encontram-se suscetíveis, a todo momento, a acertos (“age adequadamente”) e erros (“dúvida sobre estar errando”).

Porém, como mencionado em E5 e E7 na categoria “dificuldade em lidar”, entende-se que são diversos os fatores envolvidos no contexto familiar, bem como na parentalidade em si, e que, nem sempre, é fácil superar as questões cotidianas (como, por exemplo, agir sempre com paciência, ao contrário do que E4 e E7 discorrem em: “impaciência”). Por isso, a busca por conhecimento e aprendizagem, como elenca E4 em “aprendendo a lidar”, e o desejo de mudança em “necessidade de mudar atitudes” de E7, tornam-se extremamente necessários, já que uma maior compreensão das emoções infantis de modo geral (e as próprias) contribui para que pais e familiares possam utilizar estratégias mais funcionais com relação a essas e, assim, tornar o desenvolvimento de seu filho(a) mais saudável.

Para finalizar a compreensão dos pais acerca de suas atitudes diante das manifestações emocionais dos filhos, vale enfatizar o que E3 e E7 expressam em “ser exemplo para os filhos”, que corrobora com a questão da genética (citada anteriormente com relação à Hidalgo e Palácios (2007)) e com o que Gomide (2004) relata sobre o “exemplo”. A autora ainda sustenta que é através do exemplo dado pelos pais que a criança vai experimentar os “valores” e aprender sobre e como se comportar por meio da observação dos comportamentos parentais e da reflexão de seus próprios atos. (GOMIDE, 2004).

Então, através da compreensão e interpretação dos próprios comportamentos, os pais acabam por “se sentirem” de determinada maneira, uma vez que as emoções e os atos estão diretamente ligados à como cada pessoa enxerga e, não somente com a situação em si, como também já foi mencionado a respeito do discurso de Beck (2013). Diante disso, vale identificar como os pais se sentem em relação às manifestações emocionais dos filhos e às suas reações, como apontado abaixo.

Quadro 6 – Como os pais se sentem em relação às manifestações emocionais dos filhos e suas reações

Emoção	Descrição	Participantes
Alegria pela criança	“Quando ela tá alegre eu tô também” (E2) “A gente se sente feliz, assim, pelo o que a gente tá ensinando, assim, tá passando pra ele tá dando certo” (E3) “Quando ela tá feliz a gente fica mais feliz ainda” (E7)	E1, E2, E3, E4, E5, E7
Tristeza/frustração	“Quando ela não quer ser minha amiga eu fico triste, que ela diz que não quer ser mais minha amiga, daí eu fico triste” (E4) “Têm momentos que eu não dou muita atenção pra ela, então eu me sinto frustrada. Eu fico triste com isso” (E5) “Eu fico triste por ela também” (E6)	E4, E5, E6, E7
Raiva/irritação	“Quando ela fica irritada eu também fico irritada” (E4) “Raiva, né, também” (E6) “Na hora da raiva a gente estoura junto” (E7)	E4, E6, E7
Culpa	“Quando eu brigo, assim, dá uma dor no coração / Ela fica chorando [...] gente fica com o coração doído” (E1) “Quando eu perco a paciência com ela daí depois eu fico me sentindo bem culpada” (E4) “Eu me sinto culpada às vezes” (E7)	E1, E4, E7
Não sabe explicar	“Eu não sei te dizer. Não sei te responder” (E2) “Não sei explicar” (E5)	E2, E5
Medo	“A gente tem medo de criar um filho e lá na frente [...] a criança dominar os pais”	E1
Orgulho	“Às vezes eu me sinto orgulhosa”	E3
Misto de emoções	“Eu, pelo menos, eu sou assim um misto de emoção”	E5

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

À face do exposto, evidencia-se que a “alegria pela criança” (E1, E2, E3, E4, E5, E7) é a emoção que mais se destaca nos discursos das participantes, esta, refere-se à uma emoção compartilhada, ou seja, quando a criança está alegre, a mãe também está (um estado emocional contagiante). Em contrapartida, outros dois estados que se mostram contagiantes são: a “raiva/irritação” (E4, E6, E7) e a “tristeza/frustração” (E4, E5, E6, E7), o último, porém, ressaltado também como fruto de algo que a criança disse (E4) ou pela forma com que a própria (mãe) agiu (E5, E7). Neste sentido, evidenciando a necessidade de os pais também exercitarem sua regulação emocional para poder auxiliar os filhos, uma vez que são os mesmos (pais) que modulam e regulam as emoções infantis, embora que progressivamente as crianças adquiram um maior controle sobre o aspecto emocional de suas vidas, em outras palavras: tão importante quanto o desenvolvimento cognitivo e de regulação emocional, está o papel dos cuidadores ou pais (ORTIZ; FUENTES; LÓPEZ, 2007).

Por sua vez, encontrada em três das sete entrevistas (E1, E4, E7), está a “culpa”, negativamente relacionada, principalmente, à atitude que a mãe teve frente à manifestação

emocional infantil, categoria esta que pode ser correlacionada às categorias do Quadro 5, que dizem respeito à “dúvida sobre estar errando” e “impaciência”. No entanto, encontra-se também o oposto: a categoria “orgulho” relacionada à categoria “age adequadamente” do quadro anterior, que remetem às atitudes parentais, porém de forma positiva. Assim, mais uma vez, trazendo à tona o quanto a emoção, o comportamento e a compreensão estão diretamente relacionados.

Uma outra emoção elucidada nas entrevistas foi o “medo”, expresso por E1 e relacionado a como a criança agirá no futuro, tal perspectiva é pertinente aos estudos relacionados às práticas parentais, visto que o desenvolvimento infantil e a personalidade de cada indivíduo encontram-se imersos nas relações primordiais das crianças (com os pais).

Por fim, na quinta entrevista (E5), elencou-se o “misto de emoções”, que condiz com o que a mesma acredita que é “ser mãe”, em alguns momentos achar que está “agindo adequadamente”, em outras ficar com “dúvida sobre estar errando” (Quadro 5), bem como, às vezes se sentir a melhor mãe do mundo e, em outras, a pior. Contudo, quando questionada a respeito de uma emoção em específico, a mesma e a E2 não souberam responder (“não sabe explicar”).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como proposta norteadora responder ao objetivo “avaliar as atitudes dos pais diante das manifestações emocionais dos filhos relacionando-as às práticas educativas parentais”, a pesquisa obteve sucesso ao alcançar tanto este, quanto os objetivos específicos.

Dentre os resultados encontrados, foi possível destacar que as emoções que mais se fizeram presentes nas crianças de dois a seis anos (cujo suas mães foram entrevistadas) foram a “alegria” e o “medo”; e que essas (crianças), de acordo com a compreensão das mães, são “espontâneas” e têm suas emoções relacionadas, principalmente, à “idade” ou “fase de desenvolvimento”.

Com relação às atitudes dos pais, elencou-se a “monitoria positiva” como a prática educativa parental mais utilizada pelas mães pesquisadas, contudo, não deixando de elucidar as práticas negativas “monitoria negativa”, “negligência” e “abuso físico e psicológico”. Deste modo, embora o uso de estratégias adaptativas seja predominante, há também o uso das desadaptativas.

A compreensão das mães acerca de suas respostas à manifestação emocional infantil está permeada de ambivalências, uma vez que são encontradas expressões como “age

adequadamente”, “dúvida sobre estar errando”, “impaciência”, “ser exemplo para os filhos” e “dificuldade em lidar”, contudo, também se faz presente a “necessidade de mudar atitudes”, o que torna a intenção de agir adequadamente com o(s) filho(s) preponderante à “dúvida” com relação aos erros. No que diz respeito a como essas (mães) se sentem, os itens que mais se destacaram foram: “alegria pela criança”, “tristeza/frustração” e “raiva/irritação” – emoções que podem ser relacionadas às emoções (contagiantes) das crianças e, principalmente, à compreensão dos pais de suas próprias atitudes, ou seja, ligadas aos achados anteriores.

Com relação aos procedimentos utilizados, o instrumento (entrevista semiestruturada) e a modalidade de análise (Análise de Conteúdo) mostraram-se efetivamente adequados. Porém, o estudo englobou algumas dificuldades em torno de sua produção, como: a dificuldade em encontrar participantes disponíveis e que se enquadrassem aos critérios de inclusão – havendo a aceitação de contatos (de outros pais) através dos pais que já haviam se disponibilizado a responder à pesquisa. Em relação a este assunto, provavelmente alguns dos pais não se sentiram confortáveis com o tema da pesquisa. Ainda é relevante ressaltar que nenhum “pai” se mostrou disposto a participar do estudo, tendo somente “mães” como participantes, o que pode estar associado aos papéis sociais de gênero ainda predominantes, nos quais, as mães ainda são atribuídas como responsáveis pela educação dos filhos e, falar em emoção, pode ser um assunto também concebido como restrito.

Todavia, diante da escassez de publicações sobre o assunto, em especial com crianças pré-escolares, essa pesquisa pôde contribuir para o campo científico por meio da promoção do conhecimento para os profissionais da área da Psicologia, bem como médicos e professores, acerca das reações parentais e das expressões emocionais dos filhos, podendo auxiliar em seus trabalhos com esse público. Além disso, no âmbito social, a produção de conhecimento deste estudo pôde contribuir para uma maior compreensão das emoções infantis de modo geral, e para que pais e familiares possam utilizar estratégias mais funcionais com relação a essas.

Dado o exposto, o estudo permite afirmar que as manifestações emocionais, quer as pessoas queiram, ou não, se fazem presente no cotidiano de todos os seres humanos, e que, essas, estão diretamente relacionadas aos pensamentos (bem como à compreensão de cada um) e aos comportamentos, sendo o resultado da interpretação que a pessoa tem daquela determinada situação. Ainda, que o contexto no qual as emoções se expressam é amplamente regulador das mesmas (ora como reforçador, ora como inibidor/punidor); e que, na infância, os pais têm o papel principal com relação a isso.

Dessa forma, cabe destacar que a regulação emocional é extremamente necessária para o bem-estar e para a saúde dos pais (como adultos e seres humanos), e esta regulação se faz

ainda mais essencial com relação à criação dos filhos (principalmente quando esses são crianças), uma vez que, desde o nascimento, a criança enxerga o mundo pelos “olhos dos pais” e é através deles que aprende a viver.

Portanto, são vislumbradas possibilidades de ampliação deste estudo e a proposição de outros estudos complementares, como os que possam correlacionar a regulação emocional dos pais e suas práticas parentais e intervenções em relação aos filhos bem como a regulação emocional de crianças e sua correlação com a autorregulação emocional dos pais, dentre outras, no intuito de contribuir para desenvolvimento infantil e uma parentalidade saudável.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, P.; PICCININI, C. Práticas Educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 3, p. 449-460, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-79722001000300002>. Acesso em: 20 set. 2021.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- BECK, J. S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- BEE, Helen.; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K; ALVAREZ, M. J. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOWLBY, J. **Apego: a natureza do vínculo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- COLL, C.; MARCHESE, Á.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CYPEL, S. **Fundamentos do desenvolvimento infantil: da gestação aos 3 anos**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011.
- DAMÁSIO, A. R. **O erro de descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DAMÁSIO, A. R. **O Mistério da consciência**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- EISENBERG, N. *et al.* Mothers' emotional expressivity and children's behavior problems and social competence: mediation through children's regulation. **Developmental psychology**, v. 37, n. 4, p. 475-490, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0012-1649.37.4.475>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- EMOÇÃO. *In*: Dicionário online de português. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/emocao/>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDE, P. I. C. **Habilidades sociais desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Alínea, 2003.

GOMIDE, P. I. C. **Inventário de estilos parentais - IEP: modelo teórico - manual de aplicação, apuração e interpretação**. 3. ed. Petrópolis:Vozes, 2014.

GOMIDE, P. I. C. **Pais presentes pais ausentes**. Petrópolis:Vozes, 2004. *E-book*. Disponível em: <http://ilsibrasil.org/wp-content/uploads/sites/9/2017/07/Fascículo-RECOMENDACOES-DE-NUTRIENTES.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

HIDALGO, V.; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento da personalidade entre os dois e os seis anos. *In*: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 181-198.

LEAHY, R. L.; TIRCH, D.; NAPOLITANO, L. A. **Regulação emocional em psicoterapia**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

LINHARES, M. B. M.; MARTINS, C. B. S. O processo da autorregulação no desenvolvimento de crianças. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 32, n. 2, p. 281-294, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200012>. Acesso em: 10 set. 2021.

LIPP, M. E. N. **Stress e o turbilhão da raiva**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MORRIS, A. S. *et al.* The Role of the Family Context in the Development of Emotion Regulation. **Soc. Dev.**, Oxford, p. 361-388, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x>

OLIVEIRA, B. P. W.; GURTAT, A. K. G.; REIS, A. H. Manejo dos pais frente à expressão de raiva dos filhos. **Psico-USF**, v. 23, n. 2, p. 279-293, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230208>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ORTIZ, M. J.; FUENTES, M. J.; LÓPEZ, F. Desenvolvimento socioafetivo na primeira infância. *In*: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 105-126.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

REIS, A. H.; FERRARI, L. B.; SPERB, T. M. Reação materna frente à expressão emocional de raiva e tristeza dos filhos. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 18, n. 2, p. 20-34, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i2.881> Acesso em: 23 mar. 2021.

RUEDA, M. R.; PAZ-ALONSO, P. M. **Função executiva e desenvolvimento emocional**. Rio de Janeiro: Granada, 2013. Disponível em: <https://www.encyclopedia-crianca.com/funcoes-executivas/segundo-especialistas/funcao-executiva-e-desenvolvimento-emocional>. Acesso em: 9 abr. 2021.

TEODORO, W. L. G. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar**. Urbelândia: [s. n.], 2013.